



DOCENTE RESPONSÁVEL: PROFESSOR TITULAR HELENO TAVEIRA TORRES

ANO: 2019/2º SEMESTRE - MATUTINO

Objetivos:

1. Apresentar o regime jurídico do desporto e seus mecanismos institucionais;
2. Compreender o caráter interdisciplinar decorrente dos vínculos e liames do Direito Desportivo com os diferentes ramos jurídicos, para permitir solução prática dos problemas jurídico-desportivos;
3. Examinar as normas jurídicas do desporto a partir de suas dimensões constitucionais, legais, doutrinárias e jurisprudenciais;
4. Incentivar a criatividade dos futuros profissionais em face das novas demandas sócio-desportivas, do perfil dos novos conflitos desportivos, dos novos modelos dos entes desportivos, das peculiaridades dos contratos de trabalho desportivo e outros;
5. Fornecer informações e métodos jurídicos para habilitar o profissional do Direito no segmento jurídico-desportivo, junto a atletas, árbitros, clubes, federações, confederações, empresários, técnicos, preparadores físicos, médicos, gestores, instituições e empresas ligadas ao desporto, além do âmbito especializado da Justiça Desportiva.

M E T O D O L O G I A

A pedagogia adotada terá como fundamento a aplicação da dogmática jurídica segundo uma postura construtivista, tomando a norma jurídica não como algo dado, mas a ser construído, como produto do labor do processo hermenêutico, a partir de formulações pautadas em sólido rigor técnico e decorrentes de processo criativo.

A disciplina desenvolver-se-á com aulas expositivas, seminários e atividades complementares.

As **atividades complementares** correspondem às leituras de textos que serão apresentados oportunamente.

Métodos utilizados:

A disciplina não ficará restrita ao método tradicional de aulas expositivas cujo objetivo maior é proporcionar aos alunos uma visão de conjunto da legislação desportiva básica, das ideias doutrinárias principais e das posições jurisprudenciais mais recentes envolvendo relevantes temáticas do Direito Desportivo. Abrir-se-á, igualmente, significativo espaço para trabalhos práticos, estudo de casos, relatórios, apresentação de peças técnicas e seminários com obrigatórios debates e participação efetiva dos alunos, exigindo-se, sempre, a postura reflexiva e visão crítica que fomente a capacidade tanto para conciliar teoria e prática, quanto para desenvolver a aprendizagem autônoma, dinâmica e continuada da sempre provisória e mutante ordem jurídico-desportiva.

Os **seminários** servirão para aprofundar a compreensão do tema da aula expositiva, com a participação conjunta de todos os alunos, mediante discussão em grupos, sobre a resolução das questões (i) ou de problemas (ii) a serem debatidos conjuntamente.



DISCIPLINAS INTERDEPARTAMENTAIS DA FACULDADE DE DIREITO

DISCIPLINA: 0200105 - DIREITO DESPORTIVO

Os *seminários* colaboram com a nota de cada uma das provas, além dos *questionários* individuais apresentados.

Quanto ao procedimento, cada seminário seguirá a dinâmica abaixo:

- I. **1ª parte.** Nas aulas de seminário, cada Grupo terá 20 minutos para debater o problema proposto sobre o tema da aula posterior (apresentado sempre com antecipação) ou, conforme o caso, para discutir as questões propostas.
- II. Ao final deste tempo, o Relator exporá as conclusões a que chegaram seus partícipes sobre o problema ou os quesitos. As dúvidas surgidas serão anotadas, para solução entre os membros do Grupo e em contato com o Monitor.
- III. Em seguida, os Relatores dos demais grupos poderão apresentar eventuais divergências de opiniões a respeito. Todos devem participar ativamente.
- IV. **2ª parte.** Os Monitores, ao final, apresentarão o problema ou distribuirão as questões. O propósito é despertar a curiosidade pela função e utilidade do conhecimento. Nessa oportunidade será esclarecido o objetivo de aprendizagem e o marco teórico.
- V. Preferencialmente, antes mesmo dos seminários os grupos podem estudar e discutir os conteúdos entre si. Para tanto, sugere-se estudos da bibliografia de referência aliada às pesquisas livres, individuais ou coletivas, em biblioteca ou com uso da internet, da forma mais ampla e abrangente possível.
- VI. O importante não é o “acerto”, mas a busca do conhecimento na formulação das respostas ou dos problemas a serem debatidos. Todos devem fazer auto-avaliação ao final de cada sessão e organizar dúvidas que serão sanadas na aula.
- VII. O uso dos métodos de interpretação, argumentação e lógica jurídica na resolução dos casos específicos ou questionários devem ser justificados.



DISCIPLINAS INTERDEPARTAMENTAIS DA FACULDADE DE DIREITO

DISCIPLINA: 0200105 - DIREITO DESPORTIVO

PROGRAMA

AULA 01 | 01/08 – Apresentação da Disciplina (PROF. TITULAR HELENO TORRES)

AULA 02 | 08/08

Sistema Desportivo Nacional. Regime jurídico das entidades de administração e de prática desportiva. Evolução histórica e características do modelo brasileiro. Tipologia dos entes desportivos: associações, fundações e sociedades. Tipos societários para os desportos: limitada e sociedade anônima. Experiências de Direito comparado.

Docente convidado – LUIZ FELIPE GUIMARÃES SANTORO (Foi Presidente do IBDD – Instituto Brasileiro de Direito Desportivo (2007/2009 – 2010/2012). Membro da Comissão de Estudos Jurídico Desportivos do Ministério do Esporte. Especializado em Administração Esportiva pela FGV/SP, MBA em Football Industries pela Universidade de Liverpool (Inglaterra). Membro da ASPE – The International Academy of Sports Law Practitioners & Executives). Árbitro do Tribunal Arbitral do Esporte/Corte Arbitral do Esporte (TAS/CAS).

AULA 03 | 15/08

O Direito Desportivo, conceito e raízes históricas. Histórico da legislação desportiva brasileira: normas privadas e intervenção do Poder Público. Ordenamento desportivo nacional vigente e regras de aplicação internaional. *Lex Desportiva*: origem, natureza e aplicação do direito nacional. Conflitos de normas desportivas nacional e internacionais. Estrutura de solução de conflitos desportivos no âmbito internacional. O problema da Nacionalidade Desportiva. Autonomia do Direito Desportivo e seus aspectos interdisciplinares.

Docente convidado – JEAN NICOLAU (Bacharel e Doutor pela Universidade de São Paulo – FADUSP; Doutor em Direito pela Universidade Jean Moulin Lyon 3; Master em Direito do Comércio Internacional pela Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne; Especialista em Direito Desportivo pela Escola Superior de Advocacia da OAB/SP; Bacharel em Comunicação Social pela Faculdade Cásper Líbero; Advogado; Diretor da Associação dos Cronistas Esportivos do Estado de São Paulo)



DISCIPLINAS INTERDEPARTAMENTAIS DA FACULDADE DE DIREITO

DISCIPLINA: 0200105 - DIREITO DESPORTIVO

AULA 04 | 22/08

Constitucionalização do Desporto. Competência normativa da União em matéria de desporto. Autonomia desportiva: sentido e alcance do art. 217, I da CF. Princípios constitucionais aplicáveis ao desporto. O direito de livre associação e o desporto. Recursos públicos para o desporto. Limites constitucionais à interferência do Poder Judiciário no desporto.

Docente convidado – JOSÉ FRANCISCO CIMINO MANSSUR (Advogado. Especialista em Gestão Esportiva pela FGV/São Paulo. Foi professor do curso Marketing Champion da ESPM/SP de Legislação Esportiva na Universidade São Marcos/SP. Vice-Presidente de Comunicação e Marketing do São Paulo Futebol Clube. É Auditor Vice-Presidente da 1ª Câmara do Tribunal de Justiça Desportiva do basquetebol – LNB. Co-autor dos livros: *Futebol, Mercado e Estado*, de 2016, e *Sociedade Anônima do Futebol*, de 2017.

AULA 05 | 29/08

Regime tributário das atividades desportivas. Regimes Tributários. Incidência de contribuição previdenciária. Benefícios fiscais para o desporto. Responsabilidade tributária, previdenciária e cambial de dirigentes desportivos. Regime tributário dos atletas. Convenções para evitar a dupla tributação e regime de atletas e desportistas. Fraudes fiscais e o dever do Estado de combater a sonegação fiscal no esporte.

Docente convidado – JULIANO DI PIETRO (Bacharel, Mestre e Doutor pela Universidade de São Paulo – FADUSP; Advogado; ex-Juiz Presidente da 10ª Câmara do Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo – TIT/SP)

Data: 05/09 | RECESSO SEMANAL (SEMANA DA PÁTRIA)

AULA 06 | 12/09

Direitos da personalidade e propriedade intelectual em matéria esportiva. Direitos de personalidade e o direito à imagem dos atletas. Direito de Arena. Direito da concorrência nas atividades desportivas. Hipóteses autorizadas de utilização de imagens dos eventos desportivos. Mecanismo de proteção das marcas, nomes, hinos e símbolos dos clubes. Sistema de licenciamento de produtos e regime de proteção aos direitos autorais e intelectuais relacionados com as atividades desportivas. Contabilidade dos entes desportivos. Publicação obrigatória de balanços de entidades envolvidas com competições profissionais.

Docente convidado - SILMARA JUNY DE ABREU CHINELATO (Professora Titular do Departamento de Direito Civil)



DISCIPLINAS INTERDEPARTAMENTAIS DA FACULDADE DE DIREITO

DISCIPLINA: 0200105 - DIREITO DESPORTIVO

AULA 07 | 19/09

Contratos desportivos e Proteção ao Torcedor. Características dos Principais Contratos em Matéria Desportiva: Contratos de Patrocínio de Clubes, Atletas e Campeonatos. Contratos de Naming Rights. Contratos de Transmissão de Imagem de Eventos Desportivos. Contratos de Fornecimento de Material Desportivo. Contratos de Cessão de Espaço, Locação de Camarotes ou exploração de arenas. Contrato de Agenciamento. Direito de Livre Concorrência nas atividades desportivas. A proteção ao Consumidor do Desporto. O Estatuto de Defesa do Torcedor.

Docente convidado - FELIPE LEGRAZIE EZABELLA (Advogado; Bacharel, Mestre e Doutor pela Universidade de São Paulo - FADUSP; cursos de Especialista em Administração Esportiva pela FGV/SP e em Arbitragem pela FGV/EDESP; sócio fundador do IBDD - Instituto Brasileiro de Direito Desportivo).

AULA 08 | 26/09 – AVALIAÇÃO

AULA 09 | 03/10

Proteção previdenciária, seguridade social e o seguro de acidente e morte do atleta. Direito Coletivo do trabalho desportivo. Bolsa-atleta. Contrato de Aprendizagem desportiva. Conceito de salário e remuneração; Passe. Regime jurídico do atleta autônomo. Indenização de formação de atletas.

Docente convidado – CARLOS EDUARDO AMBIEL (Mestre e Doutorando em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – FDUSP (2003). Professor de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho na Faculdade de Direito da FAAP).

AULA 10 | 10/10

Relações trabalhistas dos atletas profissionais, treinadores e árbitros. Contrato de trabalho desportivo. Direitos e obrigações próprios e típicos dos desportistas profissionais. Cláusula indenizatória e multa rescisória nos contratos de trabalho desportivo. Direito de preferência à renovação contratual de atletas. Cessão, transferência e empréstimo de atletas. Normas internacionais de transferência de atletas. Atletas estrangeiros: situação jurídica. Normas cambiais incidentes sobre transferências de atletas profissionais para o exterior.

Docente convidado – GUSTAVO NORMANTON DELBIN (Advogado. Mestre em Direito Desportivo pelo INEFC Barcelona e Universidade de Lérida. Vice-Presidente de Registros, Transferências, Filiação e Licenciamento da Federação Paulista de Futebol. Presidente do



DISCIPLINAS INTERDEPARTAMENTAIS DA FACULDADE DE DIREITO

DISCIPLINA: 0200105 - DIREITO DESPORTIVO

Conselho Fiscal do Comitê Paralímpico Brasileiro. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo, da Academia Nacional de Direito Desportivo e das Comissões de Direito Desportivo da OAB de São Paulo e Piracicaba. Coordenador da Revista Brasileira de Direito Desportivo).

AULA 11 | 17/10

O delito desportivo. Responsabilidade penal dos dirigentes desportivos e dos praticantes desportivos. Tipificações criminais no âmbito do desporto. Implicações penais decorrentes da violência desportiva intra e extra-campo. Controle da corrupção no âmbito das entidades desportivas. Aspectos jurídicos do *dopping* no desporto nas esferas nacional e internacional. As infrações e sanções disciplinares, administrativas e penais resultantes da dopagem.

Docente convidado – RENATO DE MELO JORGE SILVEIRA (Professor Titular do Departamento de Direito Penal e Presidente do IASP)

AULA 12 | 24/10

Justiça Desportiva: fundamentos constitucionais e legais. Competência, organização e funcionamento da Justiça Desportiva. Princípios e normas do Código Brasileiro de Justiça Desportiva. Processo e procedimentos na Justiça Desportiva. Recursos processuais na Justiça Desportiva. Infrações e sanções na Justiça Desportiva. Conflitos desportivos e jurisdição ordinária. Justiça Desportiva e Juízo Arbitral.

Docentes convidados – CAIO POMPEU MEDAUAR DE SOUZA (Advogado. Formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e graduado pela Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Especialização em Administração para Profissionais do Esporte Concentração. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo. Auditor do Tribunal de Justiça Desportiva da Federação Aquática Paulista desde 2002. Advogado da Federação Paulista de Judô desde 2003. Procurador do Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol desde 2006. Professor de Direito Desportivo da Universidade Gama Filho. Professor da Especialização Lato Sensu de Direito Desportivo do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo).

AULA 13 | 31/10

Direito Desportivo Eleitoral: colégio eleitorais de entes desportivos, requisito estatutários para eleições e limites à duração de mandatos de dirigentes. Estatuto de Defesa do Torcedor. Aplicação de códigos de ética. Relações entre entidades, federações e confederações.

Docente convidado - CARLOS RENATO DE AZEVEDO FERREIRA (Presidente da Comissão de Ética do Futebol Brasileiro. Associado de Warde Advogados. Desembargador



DISCIPLINAS INTERDEPARTAMENTAIS DA FACULDADE DE DIREITO

DISCIPLINA: 0200105 - DIREITO DESPORTIVO

aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Experiências em cargo de conselho em clubes sociais e como auditor em Tribunais de Justiça Desportiva. Fundador da Academia Paulista de Magistrados. Diretor do IREE - Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa. Ex-Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil / São Paulo e do Instituto dos Advogados de São Paulo. Antigo professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

AULA 14 | 07/11

Esportes Eletrônicos: Definição. Aplicação do direito autoral, do direito de imagem e do direito de arena aos e-sports. Regime jurídico aplicável aos atletas.

Docente convidado – ANDRÉ SICA (Advogado. Bacharel pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Direito Desportivo pela Kings College – Londres. Professor de Direito Desportivo nos cursos de especialização da CBF Academy, ESA e da Federação Paulista de Futebol).

AULA 15 | AVALIAÇÃO FINAL

DATA DO EXAME: CALENDÁRIO DA FACULDADE (A PARTIR DE 13/11)



DISCIPLINAS INTERDEPARTAMENTAIS DA FACULDADE DE DIREITO

DISCIPLINA: 0200105 - DIREITO DESPORTIVO

AVALIAÇÃO

Os critérios de avaliação serão aqueles estabelecidos de acordo com as regras regimentais, considerando as notas de participação (resposta aos questionários) e dos exames escritos.

Artigo 81 - A avaliação do rendimento escolar do aluno será feita em cada disciplina em função de seu aproveitamento verificado em provas e trabalhos decorrentes das atividades previstas no § 1º do art. 65.

§ 1º - Fica assegurado ao estudante o direito de revisão de prova e trabalhos escritos conforme regulamentação estabelecida pelo Conselho do Departamento ou pela CG da Unidade, se a disciplina for interdepartamental.

§ 2º - A revisão de provas e trabalhos deverá ser feita na presença do aluno.

Artigo 82 - É obrigatório o comparecimento do aluno às aulas e a todas as demais atividades previstas no § 1º do art. 65.

Artigo 83 - As notas variarão de zero a dez, podendo ser aproximadas até a primeira casa decimal.

*Artigo 84 - Será aprovado, com direito aos créditos correspondentes, o aluno que obtiver nota final igual ou superior a cinco e tenha, no mínimo, **setenta por cento** de frequência na disciplina.*

A absorção de saber por aulas expositivas, complementadas pela auto-aprendizagem, é metodologia recomendada nos dias atuais, ao permitir que o aluno possa saber (re)construir o próprio conteúdo, desenvolvendo habilidades para formação continuada e crítica, a partir dos elementos teóricos apresentados.

Os questionários e seminários propostos são instrumentos integrantes do programa pedagógico adotado, prestando-se como meios auxiliares da aquisição do conhecimento.

A entrega de todos os questionários, adequadamente respondidos, seguida de participação nos Seminários e nas Aulas, poderá somar até 2 pontos na respectiva nota do bimestre.

As provas escritas equivalem a 80% (oitenta por cento) do resultado do bimestre.

Para os alunos cujo aproveitamento alcance a nota máxima (10,0 - dez), entende-se que o objetivo do período letivo foi plenamente atendido, razão pela qual não se transfere a pontuação eventualmente remanescente para o bimestre seguinte.



BIBLIOGRAFIA

- IBDD – Instituto Brasileiro de Direito Desportivo (www.ibdd.com.br) - Revista Brasileira de Direito Desportivo. Editora da OAB SP e Thomson - IOB. 2002 - 2019.
- AMADO, João Leal. Vinculação versus Liberdade: o processo de Constituição e extinção da relação laboral do praticante desportivo. Coimbra: Coimbra, 2002.
- AMBIEL, Carlos Eduardo. Direito de Imagem e Direito de Arena: natureza jurídica e efeitos na relação de emprego. *Revista do Tribunal do Trabalho da Segunda Região*, v. 17, p. 80-89, 2015.
- AMBIEL, Carlos Eduardo. Direito de Arena dos Atletas Profissionais: titularidade, abrangência, forma de repasse e natureza jurídica. *Revista do Advogado*, v. 1, p. 14, 2014
- AMBIEL, Carlos Eduardo. A proibição do trabalho infantil e a pratica do esporte por crianças e adolescentes: diferenças, limites e legalidade. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, v. 79, p. 186, 2013.
- AMBIEL, Carlos Eduardo. Aspectos Jurídicos da Cessão Temporária do Atleta. In: Oliveira, Leonardo Andreotti P. de. (Org.). *Direito do Trabalho e Desporto*. Ied.São Paulo: Quartier Latin, 2015, v. II, p. 68-77.
- AMBIEL, Carlos Eduardo. A Formação do Atleta: Equilíbrio entre Regras de Proteção à Entidade Formadora e o Respeito aso Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente. *Direito do Trabalho Desportivo*. Ied.São Paulo: LTr, 2013, v. I, p. 162-174.
- AMBIEL, Carlos Eduardo. Artigo 217 da Constituição Federal. In: Paulo Bonavides; Jorge Miranda; Walber de Moura Agra. (Org.). *Comentários à Constituição Federal de 1988*. Ied.Rio de Janeiro: GEN, 2009, v. 1, p. 2297-2305
- AZAMBUJA, Antonio Carlos. Clube-Empresa. Porto Alegre: Sergio Fabris, 2000.
- BEM, Leonardo Schmitt de. Direito penal desportivo: homicídios e lesões no âmbito da prática desportiva”. São Paulo: Quartier Latin, 2009.
- BERMEJO VERA, José. Constitución y deporte. Madrid: Tecnos, 1998.
- BUDZINSKI, Oliver. The institutional framework for doing sport business: principles of EU competition policy in sports markets. North American Association of Sports Economists. Working Paper Series. Paper n. 11-03.
- BUY, Frédéric. L'organization contractuelle du spectacle sportif. Marseille: Presses Universitaires, 2002.
- CAPEZ, Fernando. Consentimento do ofendido e violência desportiva. São Paulo: Saraiva, 2003.



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE DIREITO ECONÔMICO, FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

DISCIPLINAS INTERDEPARTAMENTAIS DA FACULDADE DE DIREITO

DISCIPLINA: 0200105 - DIREITO DESPORTIVO

- CARLEZZO, Eduardo. Direito desportivo empresarial. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.
- CASTRO, Rodrigo Rocha Monteiro de; MANSSUR, José Francisco C. Futebol, Mercado e Estado. 1ª. ed. São Paulo: Editora Quartier Latin, 2016.
- CATEB, Alexandre Bueno. Desporto profissional e direito de empresa. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.
- CATHARINO, J. M. Contrato de emprego desportivo no Direito Brasileiro. São Paulo: LTR, 1969.
- CAZORLA PIETRO, Luis Ma et alii. Los Impuestos del deporte. Pamplona: Aranzadi, 1998.
- CÓDIGO BRASILEIRO DE JUSTIÇA DESPORTIVA – Comentado. Brasília: Ministério de Esporte, 2004.
- CUADERNOS DE DERECHO DEPORTIVO, ns. 1 e 5. Buenos Aires: AD-HOC, 2002-2004.
- CURSO DE DIREITO DESPORTIVO. São Paulo: Ícone, 2003.
- CYGAN, Adam. Competition and free movement issues in the regulation of Formula One Motor Racing. In: BOGUSZ, Barbara; CYGAN, Adam; SZYSCZAK. The regulation of sport in the European Union. Cheltenham. Elgar, 2007.
- DECAT, Sheyla Althoff. Direito processual desportivo. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.
- DELBIN, Gustavo. Elementos de direito desportivo sistêmico. São Paulo: Quartier Latin, 2008.
- DICTIONNAIRE PERMANENT DU DROIT DU SPORT, 2 vols. Montreaux :. Legislatives, 1999.
- DIREITO DESPORTIVO. São Paulo: Mizuno, 1999.
- DI PIETRO, Juliano. A isenção dos clubes de futebol em relação a IRPJ, CSLL, PIS e Cofins. Revista do Advogado, v. 1, p. 78 a 91, 2014
- DUVAL, Jean-Marc. Le droit public du sport. Marseille : Presses Universitaires D` Aix, 2002.
- ESTUDOS DE DIREITO DESPORTIVO. Coimbra : Almedina, 2002.
- EZABELLA, Felipe Legrazie. Agente Fifa e o direito civil brasileiro. São Paulo, Quartier Latin, 2010.
- EZABELLA, Felipe Legrazie. O direito desportivo e a imagem do atleta. IOB/Tomson, 2006.
- FILHO, Fábio Menezes de Sá. Contrato de trabalho desportivo: revolução conceitual de atleta profissional de futebol. São Paulo: LTR, 2010.
- FREGA NAVIA, Ricardo. Contrato de trabajo desportivo. Buenos Aires: C. Argentina, 1999.
- GARDINER, Simon et. Allii. Sports Law. London: Cavendish Publishing, 2001.
- GATSI, Jean. Droit du Sport. Paris : PUF, 2000.
- HOVENKAMP, Herbert J. Intra-enterprise activity, joint-ventures and sports leagues: identifying unilateral conduct under the antitrust laws. University of Iowa Legal Studies Research Papers 10-04, 2010.



- I Encontro Nacional sobre Legislação Esportivo-Trabalhista. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2001.
- II Encontro Nacional sobre Legislação Esportiva, TST. Brasília: Seriemá, 2009.
- JOSUÉ, José Laerte. Futebol e justiça desportiva. Edipro, 2003.
- KRIEGER, Marcílio. Lei Pelé e legislação desportiva brasileira anotadas. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- LUISO, Francesco Paolo. La giustizia sportiva. Milano: Giuffrè, 1975.
- LYRA FILHO, João. Introdução ao direito desportivo. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952.
- MACHADO, Rubens Approbato. Curso de direito desportivo sistêmico. São Paulo: Quartier Latin: 2007.
- MACHADO, Rubens Approbato (coord). Curso de direito desportivo sistêmico. V. II. São Paulo: Quartier Latin: 2010.
- MAGALHÃES, Rodrigo Almeida. Arbitragem e convenção arbitral. Mandamentos, 2006.
- MANHAES, Eduardo Dias. A política de esporte no Brasil. Ed. Graal.
- MEIRIM, José Manuel. Legislação do desporto. 2. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2000
- MEIRIM, José Manuel. Regime jurídico das sociedades desportivas. Coimbra: Coimbra Editora, 1999.
- MEIRIM, José Manuel. A federação desportiva como sujeito público do sistema desportivo. Coimbra: Coimbra Editora, 2002.
- MEIRIM, José Manuel. O desporto nos tribunais. Lisboa: Ministério da Juventude e Desporto, 2002.
- MELO FILHO, Álvaro. Novo regime jurídico do desporto - Suplemento de atualização. Brasília: Brasília Jurídica, 2001.
- MELO FILHO, Álvaro. Novo regime jurídico do desporto. Brasília: Brasília Jurídica, 2001.
- MELO FILHO, Álvaro. Desporto na nova Constituição. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris.
- MELO FILHO, Álvaro. Direito desportivo: aspectos teóricos e práticos. IOB/Thomson, 2006.
- MELO FILHO, Álvaro. Direito desportivo: novos rumos. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.
- MELO FILHO, Álvaro. O desporto na Ordem Jurídico-Constitucional Brasileira. São Paulo: Malheiros, 1995.
- MELO FILHO, Álvaro. O novo direito desportivo. São Paulo: Cultural Paulista, 2002.
- MIRANDA, Martinho Neve. O direito no desporto. 2. ed. Lumen Juris, 2011.
- NAFZIGER, James aR. International Sport Law. 2. ed. New York: Transnational Publishers, 2004.
- NAPIER, Rodrigo Domingues. Manual do direito desportivo e aspectos previdenciários. São Paulo: IOB, 2003.



DISCIPLINAS INTERDEPARTAMENTAIS DA FACULDADE DE DIREITO

DISCIPLINA: 0200105 - DIREITO DESPORTIVO

- NUNES, Inácio. Novo Código Brasileiro de Justiça Desportiva comentado. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.
- PALOMAR OLMENDA, A. et alii. El dopage en el ambito del deporte. Pamplona: Aranzadi, 1999.
- PARECERES - Direito e Desporto, Rev. da Procuradoria Geral da República de Portugal, vol. VIII, 1998.
- PERRY, Valed. Crônica de uma certa Lei do Desporto. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.
- PESSANHA, Alexandra. As federações desportivas. Coimbra: Coimbra Editora, 2001.
- PESSOTTI, Alan. Direito do atleta. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.
- PROENÇA, José Marcelo Martins. Lei Pelé: da legislação desportiva em face da legislação societária. Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo, ano 2, número 3, p. 219-223, jan./jun. 1999.
- PUGA, Alberto. Leis antidoping. Ed. Edipro, 2008.
- RAMOS, Rafael Teixeira. Direito desportivo trabalhista: a fluência do ordenamento do desporto na relação laboral desportiva e seus poderes disciplinares. São Paulo: Quartier Latin, 2010.
- REIS, Heloísa Helena Baldy dos. Futebol e violência. FAPESP, 2006.
- RESENDE, José Ricardo. Código Brasileiro de Justiça Desportiva anotado e legislação antidoping. Ed. All Print, 2010.
- RESENDE, José Ricardo. Manual completo da Lei de Incentivo ao Esporte. 2007.
- RESENDE, José Ricardo. Sistemas de disputas para competições desportivas: torneios e campeonatos. Ed. Phorte, 2007.
- REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DESPORTIVO, do IBDD - Instituto Brasileiro de Direito Desportivo, ns. 1-6, Ed. OAB-SP, 2002/2005.
- REVISTA DESPORTO & DIREITO - Revista Jurídica do Desporto, Coimbra, Coimbra Editora, vols. 1-5, 2003/2005.
- REVISTA ESPANOLA DE DERECHO DEPORTIVO, ns. 1 a 14, Madrid, Civitas, 1993/2001.
- REVISTA JURIDICA DEL DEPORTE, ns. 1 a 14, Ed. Aranzadi, Navarra, 1999/2005.
- ROCHA, Luiz Carlos. Doping na legislação penal e desportiva. São Paulo: Edipro, 1999.
- RODRIGUES, Hélder Gonçalves Dias. A responsabilidade civil e criminal nas atividades desportivas. 2003.
- RODRIGUES, Sérgio Santos. Comentário ao Estatuto de Defesa do Torcedor. Del Rey, 2008.
- SAAVEDRA, Luciano Cordero. El deportista profesional: aspectos laborales y fiscales. Valladolid: Lex Nova, 2001.
- SÁNCHEZ, Francisco Rubio. El Contrato de Trabajo de los Deportistas Profesionales. Madrid: Dykinson S.L, 2002.



DISCIPLINAS INTERDEPARTAMENTAIS DA FACULDADE DE DIREITO

DISCIPLINA: 0200105 - DIREITO DESPORTIVO

- SANTOS, Antônio Sérgio Figueired. Código Brasileiro de Justiça Desportiva. Editora FS, 2010.
- SANTOS, Antônio Sérgio Figueiredo. Direito desportivo e Justiça do Trabalho, Editora FS, 2003.
- SCHEFFLER, Ademar Pedro. Arbitragem de futebol. São Paulo: LTR.
- SCHMITT, Paulo M. et. alii. Código de Justiça Desportiva Comentado. Cascavel: Graf. Universitária, 1996.
- SCHMITT, Paulo Marcos. Curso de justiça desportiva. São Paulo: Quartier Latin, 2006.
- SILANCE, Luc. Les Sports et le Droit. Paris: De Boeck & Larcier, 1998.
- SILVA, Alessandra Santana da. Doping: aspectos penais. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- SILVA, José Amado da. Direito desportivo, hermenêutica e comentários à Lei Desportiva, 2005.
- SILVA, Felipe Ferreira. *Tributação no Futebol: clubes e atletas*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.
- SOARES, Jorge Miguel Acosta. Direito de imagem e direito de arena no contrato de trabalho do atleta profissional. São Paulo: LTR.
- SOUZA, Ronald Amorin e. Esporte direito: homenagem póstuma ao Prof. José Martins Catharino. 2004.
- TEROL GÓMEZ, Ramón. Las ligas profesionales. Pamplona: Aranzadi, 1998.
- TRAVERSI, Alessandro. Diritto penale dello sport. Milano: Giuffrè, 2001.
- TUBINO Manoel. 500 Anos de legislação esportiva brasileira. Rio de Janeiro: Shape, 2002.
- WERTZ, Rodrigo; SENDROVICH, Beny. Tudo o que você precisa ouvir sobre direito desportivo. São Paulo: Saraiva.
- ZAINAGHI, Domingos Sávio. Nova legislação desportiva: aspectos Trabalhistas, 2004.
- ZAINAGHI, Domingos Sávio. Os atletas profissionais de futebol no direito do trabalho. São Paulo: LTr, 1998.
- Artigos www.futebolfinance.com
- Futebol Finance: Modelo de fiscalização e controle das finanças dos clubes. Maio de 2009.
 - Futebol Finance: As 3 recomendações dos governantes britânicos. Abril de 2009.
 - Futebol Finance: O estado financeiro dos clubes da premier league. Junho de 2009.
- TORRES, Heleno. *Direito constitucional tributário e segurança jurídica: metódica da segurança jurídica do Sistema Constitucional Tributário*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.
- VILANOVA, Lourival. *As estruturas lógicas e o sistema do direito positivo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977.